

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE



RAFAELA IZABELA LIBERAL DA SILVA

**A EDUCAÇÃO INFANTIL E OS PROCEDIMENTOS DE
ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICO: o processo de
avaliação para o desenvolvimento das crianças**

**ORIENTADORA: PROF^a. DRA^a: CONCEIÇÃO GISLANE NÓBREGA LIMA DE
SALLES**

Caruaru- PE

2016

RAFAELA IZABELA LIBERAL DA SILVA

**A EDUCAÇÃO INFANTIL E OS PROCEDIMENTOS DE
ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICO: o processo de
avaliação para o desenvolvimento das crianças**

Monografia de conclusão de curso apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Pedagoga, à Universidade Federal de Pernambuco. Sob orientação da Prof^ª. Dr.^a Conceição Gislane Nóbrega Lima de Salles.

Caruaru- PE

2016

Catálogo na fonte:
Bibliotecária - Simone Xavier CRB/4-1242

S586e Silva, Rafaela Izabela Liberal da.
A educação infantil e os procedimentos de acompanhamento do trabalho pedagógico:
o processo de avaliação para o desenvolvimento das crianças. / Rafaela Izabela Liberal da
Silva. - 2016.
37f. ; 30 cm.

Orientadora: Conceição Gislane Nóbrega Lima de Salles
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de
Pernambuco, CAA, Pedagogia, 2016.
Inclui referências bibliográficas

1. Educação de crianças. 2. Avaliação educacional. 3. Prática de ensino. 4.
Aprendizagem. I. Salles, Conceição Gislane Nóbrega Lima de (Orientadora). III. Título.

370 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2016-051)

A EDUCAÇÃO INFANTIL E OS PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO
DO TRABALHO PEDAGÓGICO: o processo de avaliação para o desenvolvimento das
crianças

Este trabalho foi julgado e adequado e aprovado para obtenção do título de graduação
em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco- Centro Acadêmico do Agreste

Caruaru, 26 de Janeiro de 2016.

Prof^a. Dr. Cínthya Lúcia Martins Torres saraiva
de Melo

Coordenadora do Curso de Pedagogia

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr. Conceição Gislane Nóbrega Lima de
Salles

Universidade Federal de Pernambuco- Centro
Acadêmico do Agreste

Orientadora

Prof^a Geissa Natália da Rocha

Universidade Federal de Pernambuco- Centro
Acadêmico do Agreste

Prof^a Anna Lícia da Silva

Universidade Federal de Pernambuco- Centro
Acadêmico do Agreste

Dedicatória

Aos meus pais

Obrigada por serem fonte de incentivo para meus desafios, pronta dedicação e colo sempre acolhedores nos momentos de desalento.

Agradecimentos

Foram inúmeras as pessoas que participaram e ajudaram para o êxito desse trabalho, às quais, a minha gratidão será eterna. No entanto agradeço À Deus, por ser o meu pastor, iluminando meus caminhos, além de me carregar no colo nos momentos de provação, À Professora e Dr^a. Conceição Gislane, pela dedicação, competência, responsabilidade e comprometimento com que encaminhou este trabalho. Às amigas pelo companheirismo e paciência durante todo o curso.

Claro que há respostas certas e erradas... Para uma resposta certa, milhares de tentativas erradas devem ser feitas. Espero que haja um dia em que os alunos serão avaliados também pela ousadia de seus vãos... Pois isto também é conhecimento.

Rubem Alves

OS PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: o que dizem e pensam os professores

Rafaela Izabela Liberal da Silva

RESUMO: A avaliação na educação infantil deve ser contrária a uma concepção de julgamentos de resultados. Contudo o que se evidencia é a distorção dessa perspectiva, no que concerne ocorrer cada vez mais à adoção por instituições de educação infantil modelos de prática avaliativa tradicional das etapas posteriores. Para tanto o modelo classificatório não pode se fazer presente na educação infantil, principalmente porque a avaliação deve estar continuamente a serviço da prática pedagógica para melhorá-la e, em consequência, favorecer e otimizar a aprendizagem e o desenvolvimento. Neste contexto este estudo teve como objetivo geral compreender os procedimentos de acompanhamento do trabalho pedagógico no processo de avaliação das crianças da Educação Infantil. Para realizarmos a discussão da questão de nosso estudo, utilizamos autores como Hoffman (1996), Kramer (1996), Freitas (2005). Para tanto nossa pesquisa foi realizada em uma escola Municipal da cidade de Cachoeirinha-PE. Como metodologia fizemos usos de entrevistas semi-estruturadas e observação e para análise de dados utilizamos a análise de conteúdo Bardin (1977). Os dados levantados apontam a necessidade de que haja, no Sistema Municipal de Ensino, uma maior discussão acerca dos instrumentos avaliativos, se possível construindo-os coletivamente com os professores. Foi possível perceber a partir da pesquisa que a avaliação na educação infantil nessa instância está se aproximando muito de interesses mercadológicos, quando essa adotou um tipo de avaliação que tem como marco demonstrar resultados e isso é um equívoco, em especial se tratando de educação Infantil.

PALAVRAS-CHAVES: Educação Infantil, Avaliação, Ação Docente, Procedimentos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	10
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÁTICA PEDAGÓGICA	13
PROCESSOS AVALIATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	16
PROPOSTA METODOLÓGICA	21
RESULTADO E ANÁLISES DOS DADOS	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

Acompanhar a criança e seu desenvolvimento exige um olhar teórico e reflexivo do professor sobre o seu contexto sociocultural. Significa respeitá-la em sua individualidade e em suas gradativas conquistas de conhecimento em todas as áreas. No entanto, só muito recentemente essas preocupações chegam ao campo da educação infantil. As creches e pré-escolas de acordo com Bujes (2001) no final do século XIX na Europa e mais para metade do século no Brasil, recebeu grandes influências das ideias dos médicos higienistas e dos psicólogos. Embora a educação das crianças esteja voltada para educar e cuidar, o que tem verificado é que tanto os cuidados e a educação têm sido entendidos de forma estreita.

Muito tem se falado do contexto brasileiro contemporâneo de avaliação da/ na educação infantil que adentra todo o ensino básico e superior e agora assombra até a educação das crianças pequenas. Para tanto Farias e Canavieira (2014) discutem que a avaliação vem adentrando a área não só pelas mãos de educadores e educadoras do campo da educação infantil, mas por gestores públicos e empresários da educação, influenciados pelo olhar gerencial no âmbito do sistema privado. Sendo assim a lógica empresarial de resultados e competitividade é marcante.

De acordo com Arantes (2009), a Constituição da República de 1988, não deixa margens para dúvida no sentido de que a educação infantil deve ser vista do ponto de vista educacional (e não assistencial) e como direito da criança, antes que de seus pais ou responsáveis.

Entretanto a escola recebe uma grande oferta de crianças que irá ingressar na educação infantil. Porém o que se evidencia nessa modalidade de ensino para Hoffmann (1997) é a adoção por instituições modelos da prática avaliativa tradicional do ensino regular. Entretanto a avaliação é um assunto muito complexo, porém na educação infantil requer uma compreensão mais aguçada dos professores para não cometer erros ao avaliar crianças com propostas excludentes e classificatórias.

Para tanto, desenvolver o tema sobre a avaliação na educação infantil ainda é um assunto muito complexo no âmbito educacional, pois a escola apresenta um cenário de muitas interrogações e indefinições quanto à concepção dessa prática.

Na verdade a questão da avaliação na educação infantil para Hoffmann (1996) é a exigência de um processo que parece surgir mais como elemento de pressão das famílias de classe média por proposta verdadeiramente pedagógica, para além do modelo de guarda e proteção ao modelo assistencialista. Sendo assim a prática avaliativa surge como um elemento de controle sobre a escola e sobre as professoras.

Para tanto o modelo classificatório não pode se fazer presente na educação infantil, principalmente porque a avaliação deve estar continuamente a serviço da prática pedagógica para melhorá-la e, em consequência, favorecer e otimizar a aprendizagem e o desenvolvimento.

Avaliar é preciso ser, acima de tudo, um ato amoroso, a revelar-se no acolhimento e não no julgamento Luckesi (1998), para que, juntos, professor e aluno, possam buscar caminhos para mudanças, tendo em vista uma tomada de decisão no sentido de criar condições para alcançar aquilo que se está buscando ou construindo em termos de aprendizagem.

A avaliação na educação infantil segundo Hoffmann (1997) deve ser essencialmente contrária a uma concepção de julgamentos de resultados. Contudo o que se evidencia é a distorção dessa perspectiva, no que concerne ocorrer cada vez mais à adoção por instituições de educação infantil modelos da prática avaliativa tradicional do ensino regular.

Os motivos que geraram a busca pela pesquisa sobre avaliação da aprendizagem na educação infantil surgiu a partir da disciplina de Avaliação da Aprendizagem durante o curso de Pedagogia, pois desmitificou a minha concepção sobre o ato de avaliar, quando a avaliação não é para busca de erros, medir, classificar e excluir, mas para orientar o professor no processo de ensino aprendizagem, esse educador deve ser o mediador para que junto com o aluno construam o que se pretendem em termos de aprendizagem. Outro motivo advém da minha prática enquanto professora de Educação Infantil, na qual a prova escrita é um marco nessa modalidade.

É desse contexto que emerge a questão problema que norteia a nossa pesquisa, a saber: **Como os procedimentos de acompanhamento do trabalho pedagógico têm contribuído no processo de avaliação das crianças da Educação Infantil?**

Para desenvolver esse propósito da pesquisa temos como objetivo geral: compreender os procedimentos de acompanhamento do trabalho pedagógico no

processo de avaliação das crianças da Educação Infantil. E os Específicos: conhecer os processos de acompanhamento do trabalho pedagógico na Educação Infantil; identificar o processo de avaliação das crianças da Educação Infantil; analisar os procedimentos de acompanhamento do trabalho pedagógico no processo de avaliação das crianças de Educação Infantil.

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A Educação Infantil no Brasil tem sua trajetória marcada por diversas transformações tanto no que diz respeito à concepção de infância e desenvolvimento infantil quanto no que se refere aos objetivos de uma instituição voltada para a educação na infância.

Paschoal e Machado (2009) relatam que no Brasil, por exemplo, a creche foi criada exclusivamente com caráter assistencialista, o que diferenciou essa instituição das demais criadas nos países europeus e norte-americanos, que tinham nos seus objetivos o caráter pedagógico. As primeiras tentativas de organização de creches, asilos e orfanatos no Brasil surgiram com um caráter assistencialista, com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e as viúvas desamparadas.

A mesma autora descreve que as creches brasileiras tinham como proposta oferecer atendimento e proteção à infância, particularmente aos filhos de operários, crianças órfãs, abandonadas ou filhos de famílias pobres. As creches vinculadas às fábricas buscavam atender os filhos de operários.

De acordo com Moura (2007), desde os anos 90 notam-se no Brasil significativas mudanças na concepção do atendimento às crianças de zero a seis anos, com modificações que terminaram por inaugurar uma realidade de avanços relevantes e também de retrocessos.

A educação infantil ganhou espaço no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988:

A educação infantil é direito subjetivo das crianças com idade entre zero e cinco anos (art.208, IV), como é direito dos (as) trabalhadores (as) urbanos (as) e rurais em relação a seus filhos e dependentes (art.7º, XXV). Ou seja, a educação infantil é um exemplo vivo da indivisibilidade e interdependência que

caracterizam os direitos humanos, pois reúnem em um mesmo conceito, vários direitos: ao desenvolvimento, à educação e ao trabalho (1988 CF/88).

De acordo com Arantes (2009), a Constituição da República de 1988, não deixa margens para dúvida no sentido de que a educação infantil deve ser vista do ponto de vista educacional (e não assistencial) e como direito da criança, antes que de seus pais ou responsáveis.

E especialmente a partir década de 1990, quando surgem diversas políticas públicas regulamentando a Educação Infantil, que passa a ganhar novos contornos, saindo do perfil essencialmente assistencialista para uma formação mais geral, considerando as especificidades do universo infantil.

Outro avanço em termos de legislações no sentido de garantir o direito da criança à educação está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, na qual a educação infantil passa a ser reconhecida como parte do sistema de ensino, considerada primeira etapa da educação básica. O artigo 29 da referida lei estabelece que a Educação Infantil tenha por finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Dessa forma, o trabalho pedagógico com a criança de 0 a 6 anos adquiriu reconhecimento e ganhou uma dimensão mais ampla no sistema educacional, qual seja: atender às especificidades do desenvolvimento das crianças dessa faixa etária e contribuir para a construção e o exercício de sua cidadania.

Em 1998 é publicado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), atendendo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96, quanto à constituição de uma base nacional comum para os currículos das instituições de Educação infantil. O documento se propõe a servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos. Agora cinco anos.

De acordo com o Referencial, educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar

com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Ao mesmo tempo em que o MEC elaborou o RCNEI definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), com caráter mandatório (BRASIL, 2006). Em 1998, o MEC, por iniciativa da SEF/DPE/COEDI, publicou o documento Subsídios para o credenciamento e o funcionamento das instituições de Educação Infantil, publicação organizada por conselheiros representantes dos Conselhos de Educação de todos os estados e do Distrito Federal, com a participação de representantes da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, de membros convidados da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de consultores e especialistas, sob a coordenação de dirigentes do MEC, contribuiu significativamente para a formulação de diretrizes e normas para a Educação Infantil no Brasil (BRASIL, 2006).

Outro importante documento a ser destacado é a Política Nacional de Educação Infantil, publicada pelo MEC em agosto de 2006, no qual se definem como principais objetivos para a área a expansão da oferta de vagas para a criança de 0 a 6 anos, o fortalecimento, nas instâncias competentes, da concepção de educação e cuidado como aspectos indissociáveis das ações dirigidas às crianças e a promoção da melhoria da qualidade do atendimento em instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006).

Em 2007 é promulgada a Lei nº 11.494 que regula a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O Fundo foi criado em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Sua aprovação é entendida de modo favorável, pois trata dos recursos que serão destinados a financiar toda a educação básica atendendo as necessidades, ampliando a abrangência do anterior, passando a financiar toda a educação básica, contemplando creche, pré-escola, ensino fundamental e médio, educação especial, educação de jovens e adultos.

De acordo com Barreto (1998) apesar do avanço da legislação no que diz respeito ao reconhecimento da criança à educação nos seus primeiros anos de vida, também é importante considerar os inúmeros desafios impostos para o efetivo

atendimento desse direito, que podem ser resumidos em duas grandes questões: a de acesso e a da qualidade do atendimento. Sobre a qualidade do atendimento, ressalta:

As instituições de educação infantil no Brasil, devido à forma como se expandiu, sem os investimentos técnicos e financeiros necessários, apresenta, ainda, padrões bastantes aquém dos desejados [...] a insuficiência e inadequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos; a não incorporação da dimensão educativa nos objetivos da creche; a separação entre as funções de cuidar e educar, a inexistência de currículos ou propostas pedagógicas são alguns problemas a enfrentar (BARRETO, 1998, p. 25).

Em suma são várias as vertentes que delimita a qualidade da educação brasileira, entretanto essa se expandiu sem os investimentos e recursos necessários que acarretou em vários problemas subseqüentes.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÁTICA PEDAGÓGICA

Nesta parte do trabalho buscamos discutir um pouco sobre a avaliação da aprendizagem nessa etapa de ensino. Partimos do interesse de refletir acerca do processo de avaliação na Educação Infantil que não é para promoção ou classificação dos estudantes, mas para orientar o professor referente ao processo de desenvolvimento dos alunos.

Sabe-se que a avaliação da aprendizagem é pautada por documentos oficiais como a LDB e as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil que tem como pressuposto orientar a prática avaliativa na educação Infantil.

Diante disto a educação infantil recebeu um destaque na nova LDB, inexistente nas legislações anteriores. É tratada na Seção II, do capítulo II (Da Educação Básica), nos seguintes termos: Art. 31 Na educação infantil a avaliação faz – se – á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. Para tanto a avaliação na educação infantil não terá pré-requisito para o acesso as séries posteriores, pois essa não tem como principio reter a criança (LDB, 1996).

Sendo assim as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010) também vem apontar um respaldo para o ato de avaliar e vem reforçar novamente a

ideia que a avaliação nessa modalidade de ensino não poderá ser voltada para o caráter excludente e seletivo.

As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo: A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.); A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental); Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil; A não retenção das crianças na Educação Infantil (BRASIL, P.20, 2010).

Portanto a avaliação será uma importante aliada dos estudantes, no que diz respeito ao acompanhamento de seu desenvolvimento. Contudo as instituições deverá criar procedimentos avaliativos adequados, que não tenham como marco classificar e excluir, mas se utilizar de diversos instrumentos avaliativos que dê respaldo ao professor de fazer uma observação crítica de cada aluno, apresentando assim aos pais seus avanços significativos.

Encontramos em Luckesi (1998), alguns pontos que nos auxiliam a compreender estas questões. De acordo com o autor o ato de avaliar tem sido utilizado como forma de classificação e não como meio de diagnóstico, sendo que isto é péssimo para a prática docente. A avaliação deveria ser um momento de fôlego, uma pausa para pensar a prática e retornar a ela, como um meio de julgar a prática.

A aprendizagem neste contexto deixa de ser algo prazeroso e solidário, passando a ser um processo solitário e desmotivador, contribuindo para a seletividade social, principalmente para atender as exigências do sistema econômico vigente.

Para Kramer:

É necessário que a clássica forma de avaliar, buscando os erros e os culpados, seja substituída por uma dinâmica de avaliação, capaz de trazer elementos de crítica e de transformação ativa para o nosso trabalho. Propõe deste modo, uma nova perspectiva da avaliação, cuja função não é mais classificar e excluir, mas entender o processo, refletir sobre a prática para transformá-la (1992, p. 95).

Para redirecionar a prática de avaliação faz-se necessário assumir um posicionamento pedagógico explícito, com um redimensionamento global das práticas pedagógicas de modo a orientá-la, no planejamento, na execução e na avaliação.

A avaliação, como revela Zabalza (2006) é importante em qualquer etapa educativa, pois se trata de um componente particularmente sensível de qualquer proposta curricular e exige uma competência especial dos profissionais da educação.

Nota-se que a prática docente na educação infantil é diferenciada e requer, portanto, uma forma particular de avaliação. O ato de avaliar na educação infantil não está vinculado a nenhum tipo de promoção ou classificação, mas deve ser um instrumento para refletir sobre a própria prática, visando promover a aprendizagem e o desenvolvimento.

A avaliação na educação infantil para Castilho e Rodrigues (2014) assume uma dimensão formativa, sublinhada pela ausência de avaliação certificada. Trata-se de um processo que se interessa pelo acompanhamento e processo e não exclusivamente pelo resultado. Avaliar no contexto da educação infantil proporciona conhecer aquilo que a criança já sabe fazer, quais são seus interesses e motivações. Parar tanto há um reconhecimento da criança com um ser singular e apreciar seus progressos ao longo do processo educativo.

Para Hoffmann (1997) a avaliação, enquanto mediação significa encontro, abertura ao diálogo, interação. Uma trajetória de conhecimento percorrida num mesmo tempo e cenário por alunos e professores.

A relação entre a produção teórica para Hoffmann (1997) e a sua utilização para a fundamentação da prática encontra sempre dificuldades em educação, essas que parecem acrescidas no que diz respeito á avaliação devido á multiplicidade de abordagens e perspectivas.

Para tanto os objetivos e finalidades da avaliação relacionam-se à concepção teórica que norteia a prática educativa. Segundo Hoffmann (2001), o conservadorismo é o conceito que predomina quando o tema é avaliação. Isso se dá pelo fato dos professores reproduzirem o modelo classificatório ainda presente na maioria dos seus cursos de formação profissional, os quais se fundamentam em critérios avaliativos por meio numéricos ou conceituais quase sempre arbitrários para medir desempenho de alunos.

Para exemplificar as dificuldades em efetivar uma nova proposta para educação infantil, recorreremos às autoras que dizem:

Os professores devem aprender a interpretar processos, em vez de esperar para avaliar resultados [...]. Devem aprender a não ensinar às crianças, exceto o que podem aprender por si mesmas [...]. Devem perceber que escutar a criança as crianças são tanto necessárias quanto prático. Devem saber que as atividades devem ser tão numerosas quanto às teclas de um piano, e que todas envolvem atos infinitos de inteligência quando as crianças recebem uma ampla variedade de opções a partir das quais escolhe. Além disso, os professores devem estar conscientes de que a prática não pode ser separada dos objetivos ou dos valores em que o desenvolvimento profissional vem parcialmente pelo esforço individual, mas, de uma forma muito mais rica, da discussão com colegas, pais e especialistas. Precisam saber que é possível engajar-se no desafio das observações envolvendo o desenvolvimento ou as experiências das crianças (GARMS e SANTOS 2014. P. 83).

Para tanto cumprimento do exposto exige do professor observar e pesquisar o processo de aprendizagem das crianças em novas experiências educativas. Isso significa que para conhecer melhor cada criança e seu desenvolvimento e aprendizagem, faz-se necessário avaliar na educação infantil, porém com critérios.

De fato é preciso mais do que nunca defender uma maneira adequada de avaliação como processo para promover o desenvolvimento e aprendizagem das crianças nas instituições de educação infantil levando em consideração as concepções de infância e finalidades dessa etapa da educação básica.

PROCESSOS AVALIATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Tal como destaca Hoffmann (1995) para redirecionar a prática de avaliação faz-se necessário assumir um posicionamento pedagógico explícito, com um redimensionamento global das práticas pedagógicas de modo a orientá-la, no planejamento, na execução e na avaliação.

È interessante nos atentarmos para o ato avaliativo na educação infantil, no qual se tem alguns riscos. São elas:

O estreitamento curricular; a competição entre os profissionais e entre as escolas; com política de bônus; a pressão sobre o desempenho dos alunos e a preparação destes para os testes; as fraudes, aumento da segregação; socioeconômica no território e dentro das escolas; a precarização da formação do professor e sua contribuição moral; a destruição do sistema público de ensino e a partir deste; e o mais preocupante a ameaça á noção de democracia (FREITAS, 2005 p. 217).

Sendo assim eles apontam os riscos que passa a assolar as escolas a educação infantil, pois ocorre uma pressão sobre o desempenho da criança e também seu treino para os testes.

O colonialismo para Faria e Canavieira (2014) se inicia com avaliações do desempenho das crianças e a partir disto se passa a avaliar também as escolas e os docentes e a soma de tais avaliações resulta na política pública de educação, o que acaba por legitimar o sistema público e sua finalidade formativa. Contudo não é possível compactuar com a disseminação de mecanismos de avaliação que classifica as crianças, no qual se define o padrão esperado e idealizado do que as crianças devem ser em cada faixa etária.

Precisamos nos ater com práticas avaliativas que se caracteriza pela valorização do trabalho pedagógico dos profissionais que atuam junto á criança pequena e do protagonismo das crianças nessas práticas. Para Silva (2014) muitos educadores tendem a substituir ou designar como avaliação a observação informal que fazem da criança no cotidiano. A observação informal se caracteriza por juízos não fundamentados que se configuram em rótulos. A necessidade de registro acorrem por não ser confiável deixar a memória dar conta de uma evolução para compreender o processo educativo.

É necessário ao educador na intenção de alcançar o desenvolvimento de seus alunos buscarem estratégias passíveis de acompanhar o desenvolvimento das crianças bem como suas singularidades.

Hoffmann (1997) ao dar orientação acerca da elaboração dos registros avaliativos destaca que,

Ao mesmo tempo em que se refaz e registra a história de seu procedimento dinâmico de produção do conhecimento sugere, encaminha, aponta possibilidade de ação educativa para pais, educadores e para a própria criança. Diria até mesmo que apontar caminhos possíveis e necessários para trabalhar com ela é essencial num relatório de avaliação não com lições de

atitudes a criança ou sugestões de procedimento aos pais, mas sob a forma de atividades propiciam a oportunizar o desenvolvimento, materiais a lhe serem oferecidos, jogos, posturas pedagógicas alternativas na relação com ela (p. 23).

Porém o que se percebe, segundo a autora citada, é que muitos pareceres em registros avaliativos reduzem a apontar aspectos atitudinais, mediante julgamento de valores do seu desenvolvimento. Essa atitude tem como objetivo atender o interesse da família com instrumento de controle, sem servir de instrumento reflexivo para prática docente.

Diante disso a autora vem enfatizar o que são pareceres descritivos, no qual o professor não terá respaldo suficiente para fazer tal avaliação por ser uma observação muito superficial.

Os pareceres descritivos representam em sua maioria registro de observação superficial do professor, com base em listagem de comportamentos sobre a criança. Sendo assim fica de difícil compreensão ou de apreciação subjetiva. Observam-se os aspectos abaixo: Aceita críticas dos companheiros. Constrói a própria identidade. Insere-se no mundo que o cerca. Humaniza-se num processo de solidariedade. Reconhece a ordem do conhecimento humano. Apresenta noção de direção. Identifica seres animados e inanimados. Identificam e discriminam, nas palavras, sons iniciais, mediais e finais (HOFFMANN, 1997, P.74).

Sendo assim a avaliação não considera a criança como foco principal de reflexão sobre a ação. Compreende-se a avaliação como uma análise de comportamentos esperado pelo adulto, a ação educativa passa a ter modelo predeterminado, e a criança deixa de ser considerada em sua realidade própria.

Com base em expectativas determinadas pelos adultos, são estabelecidas rotinas e procedimentos desconsiderando-se o significado deles em relação às etapas de desenvolvimento das crianças às suas possibilidades e necessidades.

Segundo Hoffmann “o que me leva a considerar que os procedimentos dos adultos acontecem de forma empírica, baseados, em reprodução de modelos de educação vividos, rotinas repetidas sem o aprofundamento teórico” (1997, p. 7).

Para tanto os professores em sua maioria agem de acordo com sua experiência vivida em outrora, na qual fica perceptível a falta de embasamento teórico relacionando com a prática para obter um melhor resultado. O que ocorre é que muitos professores dissociam a prática da teoria, e isso é um risco sério no processo de avaliação.

A seguir encaminha uma proposta de avaliação fundamentada nos princípios da concepção construtivista de educação infantil.

Avaliação como acompanhamento no processo de desenvolvimento; Observação da criança fundamentada no conhecimento de suas etapas do desenvolvimento; Oportunizarão de novos desafios com base na reflexão teórica; Registro das manifestações das crianças e de aspectos significativos de seu desenvolvimento; Diálogo frequente e sistemático entre adultos que lidam com crianças e os pais ou responsáveis (HOFFMANN, 1997, P. 85).

A ação avaliativa deve assegurar, na educação infantil, um clima de tensões e limitações. O que será possível o educador se distanciar do modelo do ensino regular e perseguir numa perspectiva de acompanhamento, confiante nas possibilidades das crianças desenvolverem e vivenciarem as situações de forma própria e diferenciada do adulto.

Os registros da história da criança no processo avaliativo para Hoffmann (1996), não pode significar apenas memória, há de se pensar algo para além da coleta de dados e informações a partir da observação da criança. E se tratando de avaliação, não há como nos basearmos apenas na memória, porque ela muitas vezes é falha. A memória pode ser precária, generalista. Ela não é rigorosa e nem sempre se aprofunda.

Por outro lado para Hoffmann (1996) o relatório de observação pode ser um elo significativo entre a percepção do professor e suas intenções pedagógicas, á medida que representa uma ruptura com o cotidiano mecânico e rotineiro, que impede a reflexão. Os relatórios vão além da observação. Os relatórios evidenciam, em sua sequência a evolução, que está em jogo um processo de mudança conceitual, para o qual o suporte teórico e a relação deste com a prática é essencial.

Se a avaliação em educação infantil exige uma obtenção organizada de documentação que contenham registros de observação do contexto e do comportamento das crianças, orientadas por instrumentos já existentes ou construídos pelo educador para Zabalza (2006) há uma controvérsia relativamente, o educador poderá propor algumas atividades ás crianças com finalidade de avaliação. Sendo que alguns autores admitem essa possibilidade e educadores põem em prática, outros consideram inadequados, sendo que os mesmo que defendem reconhece que depende do que se faz, e como se faz.

As escolhas dos instrumentos de avaliação implica uma opção consciente e fundamentada por parte do educador que tenha em contato seu projeto profissional. De acordo com Silva:

O projeto profissional se traduz em cada ano num projeto curricular ou pedagógico, importa ao plano de ação corresponda ao plano de avaliação coerente que explicita o se pretende obter e para que (em que aspectos centram a obtenção, o que se considera mais pertinente e útil), como obter essas informações ao longo do ano, em determinados momentos), que critérios de avaliação adotar comparação com a situação anterior e/ ou elaboração de critérios e indicadores de sucesso (2014, p. 160).

È importante pontuar que a escolha desse plano é uma escolha e seleção do que é possível e mais pertinente obter, uma vez que não é possível avaliar tudo e ainda tendo consciência que a avaliação não deve ser apenas uma mera obtenção de informações, mas requer interpretação, análise e reflexão.

As diversas informações obtidas pela criança de acordo com Parente (2014) obtidas sobre a aprendizagem e o desenvolvimento da criança podem ser organizadas em um portfólio de aprendizagem e de avaliação. A construção desses pressupõe que os diversos participantes possam contribuir com seus múltiplos olhares e perspectivas de forma a documentar a aprendizagem e o desenvolvimento da criança.

Vilas Boas (2004) acredita ser o portfólio uma excelente oportunidade para observar suas produções e perceberem as mudanças ocorridas. As crianças ao olharem suas atividades são capazes de se realizar sua autoavaliação, identificando seu desenvolvimento.

Os portfólios são objetos que se torna possível incluir documentação proveniente dos diferentes contextos sociais de vida da criança. Para Parente (2014) ao usá-lo com objeto de observação e outras evidências de aprendizagem, ao partilhar e constatar a avaliação documental para incluir nos portfólios, crianças, educadores e pais podem realizar movimentos diversos de ir e vir entre um e outro contexto, ampliando o estatuto e o valor do portfólio como objeto de fronteira. De fato os portfólios favorece o desenvolvimento da conversa entre as famílias sobre as aprendizagens das crianças, podem ainda favorecer ligações com a comunidade alargada exterior á escola.

O portfólio para Parente (2014) é comprometer-se com a compreensão do processo de aprendizagem vivenciado pelo educando. Ele é uma escolha dentre muitas outras da avaliação formativa, elege esse instrumento como ferramenta de avaliação não é uma mera mudança, mas assumir um compromisso com a educação, com a superação das concepções centrada na transmissão e recepção. Opta por ele requer dedicação, ousadia de romper com velhas e tradicionais práticas avaliativas, enxergar outras possibilidades e entender que o ato de avaliação não se concentra apenas nas mãos do professor, mas precisa ter a colaboração das crianças, porque é um trabalho conjunto, assim como tem que ser a análise e leitura desses.

Na concepção mediadora de Hoffmann (2014) a avaliação deve acompanhar um percurso de vida de uma criança, esse que ocorre mudança em múltiplos sentidos, com a intenção de favorecer o seu desenvolvimento.

De fato a atuação do professor é resultado de suas vivências, de seu conhecimento teórico, mas principalmente do apoio que recebe no início de sua carreira, quando colocam em prática os conhecimentos recebidos e as concepções de educação que introduz ao longo da vida. Para Hoffmann (1997) a troca de ideias com seus colegas de trabalho, o diálogo com alguém mais experiente pode lhe fazer refletir, o que favorece a tomada de consciência sobre o significado de sua ação, levando-o a realizar com base em outros sentidos e em novas concepções.

PROPOSTA METODOLÓGICA

Os elementos introdutórios deste trabalho indicam um esforço de compreender como a avaliação da aprendizagem vem contribuindo no processo formativo de alunos da Educação Infantil. Desse modo, foi realizado ao longo da pesquisa um estudo bibliográfico que segundo Cervo (2007) a pesquisa bibliográfica busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado tema ou problema.

Para melhor compreender as questões relacionadas ao objetivo do nosso trabalho, foi utilizado a abordagem qualitativa com ênfase na pesquisa de campo. A

pesquisa qualitativa é predominantemente descritiva. O pesquisador qualitativo tenta analisar os dados em toda sua riqueza, respeitando no possível, a forma de registro ou transcrição. Como afirma Trivinõs (1987), as descrições dos fenômenos estão impregnadas de significado que o ambiente lhe imprime.

Para cumprir os objetivos propostos na pesquisa: Conhecer os processos de acompanhamento do trabalho pedagógico na Educação Infantil; Identificar o processo de avaliação das crianças da Educação Infantil; Analisar os procedimentos de acompanhamento do trabalho pedagógico no processo de avaliação das crianças de Educação Infantil utilizaram alguns instrumentos de coleta de dados como observação de campo, entrevista semi-estruturada.

Um trabalho que se utiliza da observação para Oliveira (2008) como instrumento necessita de um registro sistematizado da coleta de dados obtidos sob a forma de um diário de campo. O diário de campo esse que está contido o passo a passo das observações feita em campo, que o auxiliará na construção do trabalho no retorno constante em busca de informações relevantes.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela o pesquisador busca informações contidas nas falas. Para Trivinõs (1987) entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teoria e, hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. Através da entrevista fazemos a coleta dados, objetivando um contato ainda maior com os sujeitos envolvidos na pesquisa, para buscar subsídios que venha a responder a questão problema e alcançar os objetivos propostos que foram mencionados.

Os dados foram analisados por meio dos critérios indicados na análise de conteúdo. A análise de dados de acordo com Bardin (1977) implica na organização de todo o material da análise descritiva do campo e dividi-los em partes relacionando essas partes e procurando identificar nelas tendências e padrões relevantes. Desta forma se fazendo o descarte daquilo que dá diferentes dimensões ao objeto de estudo. De outra forma dizendo, afunilando a imensidão de dados por nós levantados.

A escola que serviu como campo de estudo para a pesquisa foi a Escola Municipal Sol Nascente¹. No nosso trabalho os sujeitos da pesquisa foram uma professora de Educação Infantil, essa é contratada e possui experiência de dois anos na

¹ Optei em colocar o nome fictício para resguardar a identidade da escola.

área. Sua formação é no Curso Normal Médio e está cursando a graduação em Pedagogia à distância pela UNITER. A coordenadora possui uma vasta experiência como professora e coordenadora, pois tem vínculo pelo município e estado, atuando como coordenadora no município e professora pelo estado. Sua formação é no curso Normal Médio, graduada em Letras e pós- graduada em Língua Portuguesa. E também foi realizada a observação dos alunos da faixa etária de quatro e cinco anos mediante a prática avaliativa realizada.

RESULTADO E ANÁLISES DOS DADOS

Compreendemos que a avaliação na Educação Infantil em nada tem em comum com o processo classificatório tão vigente no espaço escolar. Contudo, muitos docentes têm utilizado a avaliação como ato de examinar, selecionar e excluir. Utilizamos de entrevistas semi-estruturada com a professora e coordenadora do município observado para melhor compreendermos sobre o ato de avaliar na Educação Infantil. A análise se dará a partir da apresentação de três variáveis: **A compreensão dos processos de acompanhamento do trabalho pedagógico na Educação Infantil; O processo de avaliação e seu desenvolvimento na educação infantil; Os procedimentos de acompanhamento do trabalho pedagógico no processo de avaliação das crianças de Educação Infantil.**

4.1: A compreensão dos processos de acompanhamento do trabalho pedagógico na Educação Infantil

Neste tópico, apresentamos os dados referentes á compreensão da professora e da coordenadora sobre a avaliação na educação infantil. Quando foram solicitadas a falar sobre a avaliação, as mesmas indicaram sua compreensão que aparece como sendo positiva.

“Compreendo de maneira positiva, pois independente de ser uma modalidade inicial é necessário ter um diagnóstico. Porque na verdade temos que seguir um programa. Esse se refere a determinadas habilidades inerentes à fase” (Coordenadora 27-11).

Diante disso observamos o quanto para a entrevistada à avaliação é importante para prática pedagógica, quando essa será o diagnóstico, um panorama que irá lhe proporcionar dados sobre os estudantes em relação ao desenvolvimento de habilidades.

“Tem que ter a avaliação, só que é diferente, não é uma avaliação como as dos meninos grande. Tudo tem que ser observado, comportamento, atitude, a mínima besteira. Não é aquela avaliação complexa. É um conjunto, no qual você irá avaliar o todo, tudo o que o aluno faz, até porque não tem nota” (Professora 30-11).

A entrevistada ressalta a necessidade de se avaliar, mesmo que de uma forma diferenciada, pois na educação infantil não se utiliza de notas, mas sim de uma avaliação contínua que se observa todo o processo de construção do conhecimento. Contudo é importante atentar que embora a avaliação seja diferenciada nessa etapa ela ocorre com a mesma proposta da prova escrita do ensino fundamental, pois ela é realizada por semestre pela secretaria de educação e bimestralmente pelo professor, no qual os trabalhos realizados em sala de aula serão voltados para esse único instrumento avaliativo. Outro ponto importante que é destacado é a observação de cada aluno, entretanto essa é realizada informalmente, sem atribuir tanta importância, já que nessa etapa não é necessário atribuir nota.

Para Silva (2014) muitos educadores tendem a substituir ou designar como avaliação a observação informal que fazem da criança no cotidiano. A observação informal se caracteriza por juízos não fundamentados que se configuram em rótulos. Contudo de acordo com o autor há uma necessidade de registro, porém a professora entrevistada reconhece que necessita observar seus alunos, mas não faz menção há nenhum tipo de registro.

Sendo assim Silva (2014) exemplifica que não é confiável deixar a memória dar conta de uma evolução para compreender o processo educativo. É necessário ao educador na intenção de alcançar o desenvolvimento de seus alunos buscarem estratégias passíveis de acompanhar o desenvolvimento das crianças bem suas singularidades.

Portanto para acompanhar a evolução de seus alunos é necessário um registro, pois só a memória não será suficiente para dar conta de compreender o processo de desenvolvimento, sabendo que cada sala de aula possuem muitos alunos, mais um fator para se ter um registro escrito, esse irá ajudar a perceber cada aluno e mostrará seus significativos avanços.

De acordo com o observado quando se fala em avaliação só se remete a prova escrita, como se não tivesse outros instrumentos, ou se esses outros instrumentos não fossem eficazes. Em linhas gerais, observa-se que as falas indicam que a avaliação na educação infantil está muito orientada por uma perspectiva de medição e classificação, quando trazem que avaliação demonstra o resultado por cada disciplina de acordo com o alcance de cada habilidade. Que não deixa de classificar e rotular os alunos que se desenvolveram e os que ainda não estão no patamar desejado.

Entretanto essa avaliação ao qual menciono é instituída pela Secretaria de Educação do Município observado que tem como proposta demonstra porcentagens por cada habilidade, e por disciplinas (português e matemática) e depois o rendimento final da turma como um todo. Nas falas podemos perceber que há uma preocupação enorme dos professores sobre a realização dessas provas, e na semana de aplicação da mesma percebe-se um aflição por parte desses profissionais com o resultado de sua turma, pois relataram que esse resultado é também o seu.

4.2 Os processos de avaliação e seu desenvolvimento na educação infantil

Neste item iremos discorrer sobre processos de avaliação e seu desenvolvimento na educação infantil. As falas da professora e coordenadora indicam que esse processo é majoritariamente definido pela secretaria.

“Nós temos um programa a ser seguido, e ele acontece justamente pautada a esse programa. Você tem determinadas habilidades inerentes à fase. É assim que a Secretaria Municipal de Educação faz, fazemos uma prova do que a criança precisa saber em cada fase. Foi

uma adaptação do programa Alfabetizar com Sucesso” (Coordenadora 27-11).

De acordo com o exposto encontramos uma avaliação marcada e voltada, sobretudo para classificação e medição, pois ocorre uma readaptação de um projeto no caso “Alfabetizar com Sucesso”. Esse programa tem como proposta apresentar resultados e ver todos os alunos iguais, pois homogeneiza as práticas avaliativas.

Subsequente a professora também enfatizou sobre a prova escrita realizada pela secretaria e pelos professores.

“Tem a prova da Secretaria de Educação e tem a prova feita pelo professor, que é quase a mesma coisa. A gente trabalha mais com português e matemática que são as habilidades que irão cair na prova da secretaria” (Professora 30-11).

Nota-se o quanto essas avaliações mostram resultados, pois a mesma enfatiza o trabalho realizado em sala de aula voltado para habilidades que irão ser cobrada na prova escrita. Há necessidade de ter um bom desempenho nessas avaliações, sobretudo muitas vezes o que ocorre é o treino dessas habilidades e não o panorama em termos de aprendizagem.

De acordo com o observado e o que foi falado há uma enorme preocupação dos professores com a avaliação da SMEC² que é uma prova escrita que ocorre duas vezes ao ano, no mês de Junho e Novembro, do qual é elaborada uma prova escrita para todas as modalidades de ensino, inclusive para Educação Infantil. Nessa prova escrita são avaliados habilidades de português e matemática. Há uma enorme preocupação dos docentes, pois o resultado dessa prova reflete seu trabalho em sala de aula.

A esse respeito Faria e Canavieira (2014) vem enfatizar sobre o colonialismo, que se inicia com avaliações do desempenho das crianças e a partir disto se passa a avaliar também as escolas e os docentes e a soma de tais avaliações resulta na política pública de educação, o que acaba por legitimar o sistema público e sua finalidade formativa. Contudo não é possível compactuar com a disseminação de mecanismos de avaliação que classifica as crianças, no qual se define o padrão esperado e idealizado do que as crianças devem ser em cada faixa etária.

² Avaliação da Secretaria Municipal de Educação de Cachoeirinha.

Então essa concepção das autoras vem contradizer com a prática realizada no município observado, pois define o que o aluno tem que aprender em cada ano de acordo com as habilidades estipuladas, que classifica e exclui alunos que não se encaixam na proposta.

Como mostrado nas falas acima a avaliação ocorre com provas escritas no final do processo, com o objetivo de demonstrar desempenho. Não foi exemplificada outra forma de avaliar além dessa, talvez por falta de conhecimento de outros instrumentos avaliativos muito pertinentes nessa fase. O portfólio, por exemplo, não foi citado e nem observado seu uso em nenhum momento. Tal como coloca Parente (2014), o portfólio pode ser um forte aliado no comprometer-se com a compreensão do processo de aprendizagem vivenciado pelo educando.

Ele é uma escolha dentre muitas outras da avaliação formativa. Elegar esse instrumento como ferramenta de avaliação não é uma mera mudança, mas assumir um compromisso com a educação, com a superação das concepções centrada na transmissão e recepção. Optar por ele requer dedicação, ousadia de romper com velhas e tradicionais práticas avaliativas, enxergar outras possibilidades e entender que o ato de avaliação não se concentra apenas nas mãos do professor, mas precisa ter a colaboração das crianças, porque é um trabalho conjunto, assim como tem que ser a análise e leitura desses.

Nas falas acima dos entrevistados, está contida uma perspectiva que vai na contramão da compreensão indicada por Hoffman (2014). Percebe-se que a avaliação é praticamente centrada nos resultados e não no processo. Na concepção mediadora, na qual a avaliação é acompanhar um percurso de vida de uma criança, esse que ocorre mudança em múltiplos sentidos, com a intenção de favorecer o seu desenvolvimento. De fato a atuação do professor é resultados de suas vivências, de seu conhecimento teórico, mas principalmente do apoio que recebe no início de sua carreira, quando colocam em prática os conhecimentos recebidos e as concepções de educação que introduz ao longo da vida.

Portanto a proposta da autora vem em desencontro à prática realizada, porém não podemos atribuir e culpabilizar o professor, pois esse também necessita de apoio ao longo de sua trajetória profissional.

4.3 Os procedimentos utilizados no trabalho pedagógico para realizar a avaliação na Educação Infantil

Nossa intenção nesse item foi buscar evidenciar nas falas dos professores quais são os procedimentos utilizados no trabalho pedagógico para realizar a avaliação na Educação Infantil. A partir das falas da professora e da coordenadora podemos identificar que a prova escrita é um instrumento central e muito utilizado na avaliação das crianças.

“Como a avaliação da qual estou falando é a SMEC, é a prova, vai duas pessoas aplicar, porque têm que ter um olhar diferenciado, as coordenadoras vão lendo as questões pausadamente e os estudantes respondem, mas também tem a avaliação processual, do qual as professoras vão observando e vão registrando no diário de classe, sempre pautada pelas habilidades propostas. A gente avalia por conceito e não por nota. Esse programa foi feito uma adaptação do programa Alfabetizar com Sucesso, mas com uma visão de Educação Infantil, porque nessa modalidade não há projeto, então foi uma proposta da Secretaria de educação” (Coordenadora 27-11).

Para tanto se tem uma percepção de que a avaliação nessa modalidade tenha que ter um olhar diferenciado, porém o fato de duas pessoas irem aplicar a avaliação não é suficiente para essa diferenciação. Agora a coordenadora aponta outro tipo de registro, ela vem trazer os pareceres do diário de classe enfatizando que esse será construído pautado nas habilidades estipuladas pela secretaria de educação de acordo com o ano cursado.

Relata novamente a adaptação a um programa, porém destaca que com uma visão de educação infantil. Contudo em minhas observações percebi que o ato de avaliar é o mesmo para todas as modalidades, porém esse olhar diferenciado é que ao aplicar a prova elas cantam, usam estratégias mais infantis e ajudam individualmente os que estão com mais dificuldade. Entretanto exige que os alunos obedeçam a alguns comandos como ficar sentados em fileiras com a coluna reta, só com lápis e papel na mão, não se levantar, não olhar para os lados e nem para trás e não conversar para prestar atenção no que está sendo dito para fazer uma boa prova e tirar nota dez.

A professora vem apontar para uma avaliação contínua, ela se refere também a sequencia de atividades voltado para habilidades que será cobrado na prova da SMEC.

“A avaliação é contínua, também ocorre atividade em sala de aula pautada nas mesmas habilidades da prova da SMEC, pois é no dia a dia que será possível perceber as maiores dificuldades dos estudantes. Através de observação, prova escrita e pareceres no diário de classe” (Professora 30-11).

Sendo assim a professora vem enfatizar que o processo de avaliação está voltado para as habilidades proposta e que intervenção será realizada de acordo com as dificuldades, pois a avaliação escrita mostra o panorama da sala e fragilidades dos alunos, quando esse não consegue atingir alguma habilidade. Cita outros instrumentos como observação e pareceres. A observação também é citada, porém não se dar muita importância, acredito que por acontecer de forma informal. Os pareceres também citados são feitos a partir do alcance de habilidades.

Encontramos em Luckesi (1998), alguns pontos que nos auxiliam a compreender estas questões. O ato de avaliar tem sido utilizado como forma de classificação e não como meio de diagnóstico, sendo que isto é péssimo para a prática docente. A avaliação deveria ser um momento de “fôlego”, uma pausa para pensar a prática e retornar a ela, como um meio de julgar a prática. A avaliação como função classificatória, constitui-se num instrumento estático e freador do processo de crescimento, subtraindo do processo de avaliação aquilo que lhe é constitutivo, isto é, a tomada de decisão quanto à ação, quando ela está avaliando uma ação.

Contudo ficou evidente a concepção de avaliação da professora e coordenadora, pois uma delas enfatizou sobre importância da avaliação desde a educação infantil, como uma forma de prepará-los para as futuras provas do governo. Para tanto essa forma de avaliar não serve como um diagnóstico como foi relatado e nem contribui para a melhoria da prática docente, quando essa vai na contra mão ao se utiliza de um único instrumento e quando atribui a esse também o centro de todo o processo educativo.

A aprendizagem neste contexto deixa de ser algo prazeroso e solidário, passando a ser um processo solitário e desmotivador, contribuindo para a seletividade social, principalmente para atender as exigências do sistema econômico vigente.

Contudo de acordo com as observações e com os relatos dos sujeitos a avaliação contínua é citada, porém com observações sem critérios, apenas se valendo do uso da memória para rememorar na hora da construção dos pareceres, que em sua grande maioria são feitos no final do semestre ou no final de ano. Sendo assim fica explícito a importância do resultado da prova escrita, e a avaliação contínua parece-me que serve

apenas para preencher pareceres, pois a prova escrita é o instrumento utilizado e mais importante para acompanhar o desenvolvimento dos estudantes desde a educação infantil baseados em resultados dos alunos que reflete a prática do professor.

Quando perguntados sobre o que se avalia na educação infantil, a coordenadora indicou três eixos como: oralidade, leitura e escrita. Novamente aponta que se avalia todo o processo de forma contínua.

“Em três eixos: oralidade, escrita e leitura. De início propomos uma ficha de acompanhamento com esses três eixos como a proposta do Alfabetizar com Sucesso, mas houve uma resistência dos docentes. Então ficou apenas para exemplificar esses eixos nos pareceres. Na verdade se avalia a todo o momento de forma contínua. O professor tem que está como detetive aos gestos e como deve proceder. A avaliação serve como um diagnóstico ela diz o perfil do aluno, da turma, da escola e ela dá indícios do que pode ser feito. Por isso que o professor a toda hora deve está observando, cada gesto, palavra. Alguns podem ser contra esse tipo de avaliação, mas eu penso que é muito bom. Até porque quando chega ao primeiro ano vai ter muitas instancias cobrando resultados, e esse dependem da educação Infantil” (Coordenadora 27-11).

Aqui também fica explícito o quanto se atribui valor à proposta do programa “Alfabetizar com Sucesso”, é tanto que se adéquam a mesma proposta para educação infantil. Novamente vem enfatizar a avaliação contínua e atenção do professor tendo que atuar como detetive, porém só exprime importância à prova escrita, essa que dará e mostrará resultados. Portanto será uma avaliação da aprendizagem com o objetivo de avaliação de resultados indo na mesma proposta do governo tendo como pressuposto apresentar resultados.

Na fala seguinte a professora fala o que se avalia e como.

“Avalia o comportamento, leitura, escrita, oralidade. Desde o primeiro dia de aula que começo a observar, porque no final tem os pareceres. Se avalia duas vezes por ano pela Secretaria e bimestralmente pelo professor que também faz avaliações pautadas nas mesmas habilidades da secretaria” (Professora30-11).

De acordo com as observações e conversas informais, há uma dificuldade dos professores em fazer registro no diário de classe, então disponibilizaram aos docentes

modelos de pareceres com três níveis de acordo com as habilidades exigidas para fazer o registro final. Ficando claro que não há importância desse registro é apenas o cumprimento de uma exigência burocrática, porque o que de fato é importante é a prova escrita. E não se evidenciou nenhum outro procedimento avaliativo além desse, tendo os pareceres menor importância e a prova escrita com todo peso para o ato de avaliar as crianças pequenas.

Para tanto perguntamos se considera necessário avaliar na educação infantil, a coordenadora colocou questões que aponta haver necessidade de se avaliar na educação infantil, mesmo que não seja uma avaliação instituída desse porte, como foi feito nesse município.

“Sim, mesmo que não seja por uma avaliação instituída desse porte, mas é preciso avaliar, porque avaliar traz o panorama da nossa realidade. É como fazer intervenções, se você não tem o perfil, você tem que fazer, é preciso se não você não sabe. Eu sou apaixonada pela avaliação, porque o professor se pensar o que de fato é sua profissão ele é um eterno pesquisador, porque a avaliação falará da sua atuação, da atuação do programa e da atuação do aluno. E ela vai dizer quando foi o aluno que não compreendeu, quando foi o professor que não conseguiu que eles aprendessem. Enfim fala tudo do programa, do professor e aluno” (Coordenadora 27-11).

Ela enfatiza que essa avaliação trás o diagnóstico e que a partir desta é que as intervenções são realizadas para melhorar a prática docente e obter um bom resultado. E que será a partir desta que será possível perceber onde ocorreu falha e por parte de quem, pois ela fala da eficácia do programa, da prática do professor e do comprometimento do aluno.

A professora também atribui a prova escrita como sendo único instrumento que proporcionará um *feedback* ao professor para intervir quando necessário.

“Sim, para saber quais as dificuldades dos alunos para que possa ajudar, porque sem a avaliação não se tem como fazer isso. Sendo assim a prova escrita é necessário, porque vai dar respaldo para possíveis intervenções” (Professora 30-11).

Novamente há uma exaltação da prova escrita, sendo ela o instrumento necessário para a melhoria da prática do professor. Portanto fica evidente que há uma ausência de outros instrumentos e que esses sejam desconhecidos pela professora.

Para Hoffmann (1997) O que me leva a considerar que os procedimentos dos adultos em relação à avaliação acontecem de forma empírica, baseados, em reprodução de modelos de educação vividos, rotinas repetidas sem o aprofundamento teórico. Para tanto os professores em sua maioria agem de acordo com sua experiência vivida em outrora, na qual fica em evidência a falta de embasamento teórico relacionando com a prática para obter um melhor resultado. O que ocorre é que muitos professores dissociam a prática da teoria, e isso é um risco sério no processo de avaliação.

Para tanto requer que os envolvidos na educação busquem conhecer sobre o que se fala os teóricos contemporâneos sobre o ato de avaliar na educação infantil, buscando embasar a prática de acordo com a teoria, para não cometer equívocos ou se basear de forma empírica seguindo uma lógica empresarial sempre buscando resultados, ou reproduzindo as formas avaliativas vivenciadas em outrora.

È importante também pontuar de acordo com Silva (2014) sobre o projeto profissional se traduz em cada ano num projeto curricular ou pedagógico, importa ao plano de ação corresponda ao plano de avaliação coerente que explicita o se pretende obter e para que, como obter essas, que critérios de avaliação adotar comparação com a situação anterior e/ ou elaboração de critérios e indicadores de sucesso.

Contudo a escolha do plano é uma escolha e seleção do que é possível e mais pertinente obter, uma vez que não é possível avaliar tudo e ainda tendo consciência que a avaliação não deve ser apenas uma mera obtenção de informações, mas requer interpretação, análise e reflexão. Sendo assim o ato de avaliar vai muito além do que ter somente informações, é necessário saber analisar e compreender essas. Requer também critérios e consciência do que é possível se avaliar e como, sem pressões para alcance de resultados.

Fica bem claro o quanto todo o processo de ensino- aprendizagem gira em torno de um único instrumento avaliativo “a prova escrita”, é através desta que como foi falado se sabe o panorama da escola, turma, aluno e professor, então como não dizer que essa avaliação não medi desempenho. Ficou perceptível que desde muito cedo as crianças estão sendo submetidas á um tipo de avaliação do desempenho para se acostumar, e também uma forma de fazer com que o professor não se acomode, trabalhe incessantemente, porque esse instrumento controla, pois foi implantado na mesma

perspectiva do Alfabetizar com Sucesso que tem como pressuposto controlar a ação docente para dar resultados.

Os procedimentos como ocorre tal avaliação nos leva a compreendermos o que de fato está ocorrendo nas escolas.

O estreitamento curricular; a competição entre os profissionais e entre as escolas; com política de bônus; a pressão sobre o desempenho dos alunos e a preparação destes para os testes; as fraudes, aumento da segregação; socioeconômica no território e dentro das escolas; a precarização da formação do professor e sua contribuição moral; a destruição do sistema público de ensino e a partir deste; e o mais preocupante a ameaça à noção de democracia (FREITAS, 2005 p. 217).

Em suma é esse controle destacado pelo autor sob os professores e alunos que desperta a competição, aumentando os riscos de se camuflar resultados. E sendo assim não haverá de fato uma avaliação voltada para o processo de ensino- aprendizagem com o intuito melhorar a prática em sala de aula e qualidade da educação brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito inicial deste estudo foi investigar os procedimentos de acompanhamento do trabalho pedagógico no âmbito da educação infantil, considerando a avaliação o processo de reflexão sobre a prática.

Inicialmente, buscou-se tecer algumas considerações sobre a educação infantil no Brasil, a avaliação da aprendizagem e prática pedagógica e processos avaliativos na educação infantil. Foi possível observar a luz dos teóricos que a concepção de avaliação vai além do que obter o mero resultado, pois o mais significativo é o processo de construção de conhecimento. Desse modo à criança e a infância serão considerada. Caso o contrário a criança será preparada para adentrar em um mundo competitivo, no qual a lógica capitalista predomina e ditam as regras no âmbito educacional.

Vale lembrar que, no Brasil, tal situação começa a mudar a partir da Constituição Federal de 1988 e da promulgação da LDB, onde a educação é reconhecida um direito da criança, especialmente quando a educação infantil passa a ser considerada

a primeira etapa da educação básica. A partir daí, começa a ser delineada uma nova proposta de Educação Infantil, expressa por meio de documentos como o RCNEI e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Surgem então a concepção de Educação Infantil pautada no educar-cuidar, bem como a preocupação em respeitar as características do universo infantil.

Nota-se a partir desse estudo, que a Secretaria de Educação entende que na Educação Infantil requer o caráter diferenciado da prática pedagógica, porém no ato de avaliar se contradiz. Quando a avaliação nessa etapa deveria ocorrer no mesmo sentido, voltada para uma perspectiva peculiar da avaliação no contexto da educação infantil, a qual não tem entre seus objetivos a classificação ou a promoção das crianças para qualquer fim.

A avaliação na educação infantil assume um papel diferenciado, cujos objetivos são voltados essencialmente para o desenvolvimento da criança, possibilitando identificar a necessidade de novas intervenções, novas estratégias educativas, bem como visualizando melhor o avanço de cada criança nos diversos campos do desenvolvimento (físico, afetivo, cognitivo, social). Entre os instrumentos utilizados para a avaliação na Educação Infantil pode-se destacar a observação (registrada em relatórios ou fichas avaliativas), o portfólio, entre outros.

No sistema municipal observado, a prova escrita é o único instrumento utilizado para dar respaldo e contribuir com a melhoria da prática pedagógica sob a forma de resultados. Por meios das entrevistas realizadas com a professora da Educação Infantil e coordenadora ficou evidente que a avaliação serve como um diagnóstico que tem como pressuposto a melhoria da prática em sala de aula, porém essa só é realizada através da prova escrita, ficando evidente que outros instrumentos avaliativos não são usados nessa modalidade inicial, mas mesmo assim as sujeitas mostram satisfação com o uso desse instrumento.

Os dados evidenciam, portanto, a necessidade de que haja, no Sistema Municipal de Ensino, uma maior discussão acerca dos instrumentos avaliativos, se possível construindo-os coletivamente com os professores. Evidencia-se também a necessidade de que os professores sejam continuamente capacitados no campo da avaliação na Educação Infantil, a fim de que entendam melhor seus objetivos e possa tornar a avaliação um instrumento favorecedor do desenvolvimento infantil. Sendo assim, os professores estarão mais envolvidos no que se refere ao ato de avaliar, pois ficou

perceptível a angústia de alguns e a não concordância de outros sobre a forma de avaliar instituída.

A partir de conversas informais com alguns professores percebi que eles se sentiam excluídos se tratando dessa avaliação, pois diziam desenvolver toda a parte pedagógica, porém não tinha controle sobre o ato de avaliar seus alunos de acordo com sua concepção, tendo que seguir o modelo sobre pressão. E a cada resultado dessas avaliações sempre se gerava um clima de tensão e desunião do grupo, quando não se concordava com o resultado e com a proposta aplicada da Secretaria de Educação.

Foi possível perceber a partir da pesquisa que a avaliação na educação infantil nessa instância está se aproximando muito de interesses mercadológicos, quando essa adotou um tipo de avaliação que tem como marco demonstrar resultados e isso é um equívoco, em especial se tratando de educação Infantil. No contexto da educação infantil, onde se pretende contribuir para o desenvolvimento da criança nos aspectos físico, cognitivo, afetivo e social, a avaliação deve, necessariamente, contemplar todos esses aspectos. Nessa perspectiva, os instrumentos de registro da avaliação também devem ser abrangentes de modo a contemplar os diferentes aspectos do desenvolvimento infantil.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem, 1933- **A alegria de ensinar**/ Rubem Alves- Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- ARANTES, Paulo Henrique de Oliveira. Educação Infantil Direito, perspectivas e financiamento – o papel do Ministério Público. IN: ANGOTTI, Maristela (Org.). **Educação Infantil: da condição de direito à condição de qualidade no atendimento**. Campinas, SP: Alínea, 2009. P. 17-35.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.
- BARRETO, Ângela M. R. Situação atual da educação infantil no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. v. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.
- BUJES, M. I. E. Escola Infantil: Pra que te Quero? In: CRAIDY, M.; KAERCHER, G. E. P. S. Educação Infantil. Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 13-22.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. N.º 9.394, de 1996. 72 .
- . Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. v.3. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- . Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** /Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.
- . Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC, SEB, 2006.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.
- CASTILHO, Aínda; RODRIGUES, Pedro. Práticas de avaliação em educação infantil: evidências de uma investigação naturalista em três jardins de infância diferentes. In: GUIMARÃES, C.M.; CARDONA, M. J; OLIVEIRA, D. R. **Fundamentos e práticas da avaliação na educação infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2014. P. 78.
- CERVO, Amado L; BERVIAN, Pedro A; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- FARIA, Ana Lúcia Goulart; CANAVIEIRA, Fabiana Oliveira. Por uma avaliação anticolonialista na educação infantil. In: GUIMARÃES, C.M.; CARDONA, M. J; OLIVEIRA, D. R. **Fundamentos e práticas da avaliação na educação infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2014. p.207-219.
- FREITAS, L. C. **Qualidade negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública**. Educação e sociedade, campinas, v. 26, n. 92, p. 911- 913 out. 2005.
- GARMS, Gilza Maria Zauhy; SANTOS, Marisa oliveira Vicente dos Santos. Concepções e práticas de avaliação na educação infantil brasileira. In: GUIMARÃES, C.M; CARDONA, M. J; OLIVEIRA, D. R. **Fundamentos e práticas da avaliação na educação infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2014. P. 128.
- HOFFMANN, J. M. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança** - Porto Alegre: Mediação, 1996.
- J. M. **Avaliação Mediadora**. Uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 1997.
- J. M. **Avaliação: Mito e desafio**. Uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- J.M. **Avaliação mediadora na educação infantil**. In: GUIMARÃES, C.M; CARDONA, M. J; OLIVEIRA, D. R. Fundamentos e práticas da avaliação na educação infantil. Porto Alegre: Mediação, 2014. p. 246.
- KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 4. Ed. São Paulo: Cortez/AA, 1992.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **O lúdico na prática avaliativa**. Rio de janeiro. Tecnologia educacional, 1998.

MOURA, E. M. B. **A avaliação na educação infantil e sua relação com os processos de aprendizagem.** Dissertação de Mestrado em Educação. Niterói – RJ: UFF, 2007.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis: Vozes, 2008.

PARENTE, Cristina. Portfólio: uma estratégia de avaliação na educação infantil. In: GUIMARÃES, C.M.; CARDONA, M. J; OLIVEIRA, D. R. **Fundamentos e práticas da avaliação na educação infantil.** Porto Alegre: Mediação, 2014. P. 295- 303.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional.** Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n.33, p.78-95, mar.2009.

SILVA, Isabel Lopes da Silva. Perspectivas e prática da avaliação em educação infantil. In: GUIMARÃES, C.M.; CARDONA, M. J; OLIVEIRA, D. R. **Fundamentos e práticas da avaliação na educação infantil.** Porto Alegre: Mediação, 2014. p. 146.

TRIVIÑOS, Augusto N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1987.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico.** Campinas: Papyrus, 2004.

ZABALZA, Miguel. **Os diferentes âmbitos da avaliação.** Revista Pátio Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed Editora, Ano IV, No. 10. Mar/jun., 2006